

CAMPANHA SALARIAL 2019: 1ª Reunião foi Sem Avanço



No dia 21/05, o STMC e a CPN (Comissão Permanente de Negociação) estiveram reunidos com representantes do Governo de Campinas para tratar sobre a Campanha Salarial 2019.

Os representantes do município disseram que no momento não é possível fechar um acordo de reajuste salarial, principalmente, porque o futuro econômico do país é incerto e está a caminho de uma 'depressão econômica'. Ainda disseram que o pagamento de Maio e Junho estão garantidos, mas que os próximos pagamentos precisarão de novas medidas.

Durante a reunião foi apresentado a situação geral sobre as contas e arrecadações públicas do município. Segundo os representantes, em 2018 houve um aumento da arrecadação, mas que não foi o suficiente para pagar as contas públicas, na ordem de R\$603 milhões. Somente no primeiro quadrimestre de 2019 a Prefeitura arrecadou R\$ 580 milhões, no entanto, os representantes do Governo argumentaram que o déficit será maior e que o Município está em atraso com fornecedores desde janeiro.

Para o Governo, o avanço da negociação dependerá também do crescimento da atividade econômica do país e da arrecadação Municipal. Segundo a imprensa nacional, o PIB teve queda de 0,46% no primeiro bimestre. Já na esfera Municipal, a expectativa é que a arrecadação do Refis fique em torno de R\$ 150 milhões, o que deve agregar como recurso, juntamente com outros impostos, a partir de agosto deste ano.

O Governo alega que a Prefeitura Municipal de Campinas arca com grande repasse ao CAMPREV para o pagamento das aposentadorias do fundo financeiro e que, além da reforma previdenciária, será necessária a reestruturação do Instituto. A próxima mesa de negociação está marcada para o **dia 28 de Maio, às 14h30, na Prefeitura.**

Pauta Econômica:

Confira quais são as reivindicações da Categoria:

- 1. REAJUSTE SALARIAL = 12,20%** (Composição do reajuste: 4,54% do índice do DIEESE + 7,66% de perdas salariais, ambos com referência do ano de 2018.)
- 2. VALE ALIMENTAÇÃO de R\$ 1.127,23** equiparado ao Salário Mínimo do Estado, Faixa II. Representando um reajuste de 14,73%. Atualmente o Vale Alimentação é de R\$ 982,56.
- 3. AUXÍLIO NUTRICIONAL** equiparado ao Vale Alimentação. Hoje o vale nutricional é de R\$155,46.
- 4. ABONO SALARIAL de R\$ 246,30** (com pagamento de parcela única, não incorporável).

Pauta Geral:

1. Implementação da Junta de Recursos (independente) das decisões do DPSS, de forma a possibilitar a ampla defesa e o contraditório, bem como uma reanálise técnica como forma de humanizar as decisões daquele órgão. Além disso, disponibilizar programas de:
 - 1.a. Serviços médicos e psicológicos;
 - 1.b. Programa de combate à dependência química;
 - 1.c. Programa de reinserção do servidor pós-licenças de longo prazo;
2. Regulamentação do direito a Aposentadoria Especial referente as atividades com exposição a agentes de risco (Saúde, Operacional, GM e outros);
3. Revisão Geral dos PCCV – reenquadramento com piso integral para todos os Técnicos em Raio-X, enquadramento dos Técnicos em Farmácia e Auxiliar de Saúde Bucal, e inclusão dos Agentes Comunitários de Saúde e dos TJs no PCCV;
4. Concursos Públicos para todas as secretarias, autarquias e fundações. Fim do processo de terceirização e precarização na PMC; não à implantação dos projetos de privatização e gestão compartilhada no serviço público municipal;
5. Usufruto da licença prêmio em gozo ou em pecúnia a critério do servidor/a;
6. Pagamento correto da sexta-parte sobre todos os vencimentos;
7. Plano habitacional que atenda a realidade financeira do trabalhador/a, principalmente para quem ganha o piso;
8. Subsídio para aperfeiçoamento educacional do servidor/a e cursos de qualificação para todas as categorias, através do PROCAMPS (Programa de Inclusão Social pelo Ensino Superior de Campinas);
9. Retirada das faltas injustificadas das paralisações em 2013 (GM, Saúde e Agentes Comunitários de Saúde);
10. Que seja garantido o direito a licença sem vencimento;
11. Revisão do valor salarial do piso (R\$ 1.528,85) em relação ao teto (R\$ 23.894,65);
12. Estabelecimento único e transparente do rito processual a ser adotado pelas Comissões Disciplinares da Administração Direta, Autarquias e Estágio Probatório;
13. Aplicação do adicional de penosidade conforme a Lei 9.193/1996 para o segmento da saúde;
14. Criação do Vale Cultura nos moldes da Lei Federal 12.761/2012, programa do Ministério da Cultura (MinC) que consiste num bônus de R\$ 50,00 por mês pago pelo empregador aos funcionários/as que recebem até cinco salários mínimos;
15. Conceder aos motoristas que se deslocam para outras localidades a ajuda de custo para alimentação e estacionamento;
16. Retirada da Falta Injustificada da Greve Geral do dia 22/03/2019;
17. Garantia de Participação nas Reuniões da CIPA (Cumprindo a Lei);
18. Respeito a data base do dissídio anual em 01/05 de cada ano;
19. Rejeição a Reforma da Previdência.

ASSEMBLEIA GERAL CONVOCAÇÃO

Dia: 28/05

**Horário: às 17h, primeira chamada;
às 17h30, segunda chamada.**

Local: Paço Municipal